

PERDER DIREITOS, NÃO! | É hora de
ampliar luta contra a Lei da Terceirização!

SEM CRISE! | Novos investimentos
da indústria mostram confiança no futuro



SINDICATO DOS
METALÚRGICOS
DA GRANDE CURITIBA

Filiado à:



PARANÁ



Uma publicação do Sindicato dos
Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)

metal

Edição 8 | Maio | Junho 2015

revista

O TRABALHO QUE **enlouquece**

Depressão já é uma das principais doenças ocupacionais no Brasil. Só no ano passado, 222 mil pessoas foram afastadas com transtornos mentais. Na busca cega por redução de custos e aumento da produtividade, empresas ignoram problema.

NOSSA LUTA TAMBÉM NAS REDES SOCIAIS!

CURTA O SMC NO FACEBOOK
www.facebook.com/metalurgicosdecuritiba



• **MOBILIZAÇÃO • LUTAS**
• **DIREITOS • CIDADANIA**



**SINDICATO DOS
METALÚRGICOS
DA GRANDE CURITIBA**



**SINDICATO DOS
METALÚRGICOS
DA GRANDE CURITIBA**

Diretoria Efetiva

Presidente

Sérgio Butka

Vice-Presidente

Cláudio Gramm

2º Vice-Presidente

Nelson Silva de Souza

Secretário-Geral

Jamil Davila

1º Secretário

Olário Krieger

2º Secretário

José Roberto Athayde

Tesoureiro Geral

Francisco de Assis

Neves Martins

1º Tesoureiro

Gerson Luiz Vuicik

2º Tesoureiro

Roberto Eltermann

Diretor Administrativo

Paulo Roberto
dos Santos Pissinini

Diretor Administrativo

Pedro Celso Rosa

Diretor Administrativo

Osvaldo da Silva Silveira

Diretor Administrativo

Edson Antônio dos Anjos

Diretor Administrativo

Salvador Antônio Vatrín

Diretor Administrativo

Wilson Tataren

Diretor Administrativo

Diamiro Cordeiro
da Fonseca

Palavra do Presidente

Um olho no peixe e outro no gato!

Vivemos um momento extremamente perigoso para os trabalhadores brasileiros, com ameaça de extinção de todos os avanços históricos conquistados com anos de luta. No plano local, grandes multinacionais tentam tirar proveito da crise econômica cortando benefícios em um nível bem maior do que o da retração de mercado. Se a produção caiu dez, querem nos cortar vinte, ou trinta. Mais que o dobro. Agem como gatunos. No plano nacional, em Brasília, essas mesmas grandes empresas tentam se aproveitar da instabilidade política para aprovar leis como a da Terceirização, que acaba com os direitos trabalhistas. Agem de forma oportunista para acabar com o peixe que pescamos com trabalho, luta e mobilização.

Então, para nós, trabalhadores, não tem outra saída. É “um olho no gato, outro no peixe”! Temos que travar a luta nos dois campos, local e nacional, com força total, contra empresas oportunistas na nossa região e contra um dos piores congressos nacionais dos úl-

timos anos, altamente comprometido com as grandes multinacionais. Se o trabalhador não levantar a sua voz, as decisões de Brasília, a 1.300 quilômetros de distância, irão saquear nossos direitos e prejudicar a nossa vida aqui. Então, é preciso lutar e resistir, ou as grandes empresas vão fazer a festa e deixar um estrago que levará anos para ser consertado.

Para ajudar a entender esse momento, esta edição da MetalRevista traz temas como a Lei da Terceirização, que acaba com todos os direitos trabalhistas, e a falsa “reforma” política que o Congresso está votando, na qual diz “sim” para o dinheiro das empresas nas campanhas, alimentando o ciclo da corrupção. Não menos importante é a reflexão da matéria de capa: na busca sem escrúpulos por lucros maiores e custos menores, grandes empresas estão, cada vez, mais causando doenças mentais nos trabalhadores.

**Boa leitura! E vamos à luta!
O Brasil precisa de nós!**

“No plano local, grandes empresas usam desculpa da crise econômica para cortar benefícios. No plano nacional, tentam se aproveitar da instabilidade política para aprovar leis como a da Terceirização, que acaba com os direitos trabalhistas”

Sérgio Butka,
Presidente do SMC e
da Força Sindical do Paraná



08



PL 4330

Terceirização no Congresso pode reverter conquistas trabalhistas das últimas décadas

Entrevista exclusiva com Senador Roberto Requião

12



16



O trabalho que deprime

As pessoas se tornaram frágeis ou o trabalho se tornou doentio?

32

Países nórdicos comprovam: **Outro Brasil é possível**

28

Entrevista:
Marlon Reis

“Se não for pela iniciativa popular, nós não temos chance de ter uma boa reforma política.”



14

Novos negócios de empresas multinacionais revelam confiança no futuro do País

26

Documento mostra assédio moral de décadas na unidade da Bosch em Curitiba

38

Lutas e conquistas dos trabalhadores e do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba

CARTA DOS LEITORES



Aproveite você também este espaço para dar sua opinião ou enviar sugestões para o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Envie seu comentário para o e-mail: metalrevista@simec.com.br

Estão de parabéns!



Quem organiza o Clube Campestre de São José dos Pinhais está de

parabéns. Tudo muito limpo, muito bonito, bem cuidado, os quartos bem espaçosos. Eu e o Júlio temos duas filhas, e podemos dizer que pra quem tem criança pequena é um lugar maravilhoso. Adoramos a piscina térmica. Pena que dessa vez o tempo não ajudou muito. Dá próxima, queremos pegar uns dias de Sol pra aproveitar bastante.

Kelly Regina Pompes,
esposa do metalúrgico Júlio César Giroto Garcia



Excelente pra família!



Quando fui para a Colônia de Férias em Matinhos, levei minha

esposa e três filhas. Gostamos muito. O apartamento era espaçoso e bem arrumado, excelente pra levar a família. As meninas já estão querendo voltar! Pena que estava muito frio e não deu pra aproveitar tudo.

Rogério Magalhães de Souza,
metalúrgico há 17 anos e associado do sindicato desde 2001.
Trabalha na Leogap



Minha neta quer ir de novo!



Desta vez, ficamos dois dias na Colônia de Férias em Matinhos. Vamos sempre que podemos para a colônia de férias do sindicato. Lá temos muitas opções de lazer, e agora, com a reforma, ficou melhor ainda. Tivemos também a sorte de pegar um quarto para oito pessoas, e como estávamos em quatro, tivemos espaço de sobra. A minha netinha, em especial, adorou o parquinho da colônia. Sempre pede pra voltar lá.

Ângela Maria Araújo Costa, esposa do metalúrgico
Célio Prudêncio da Costa

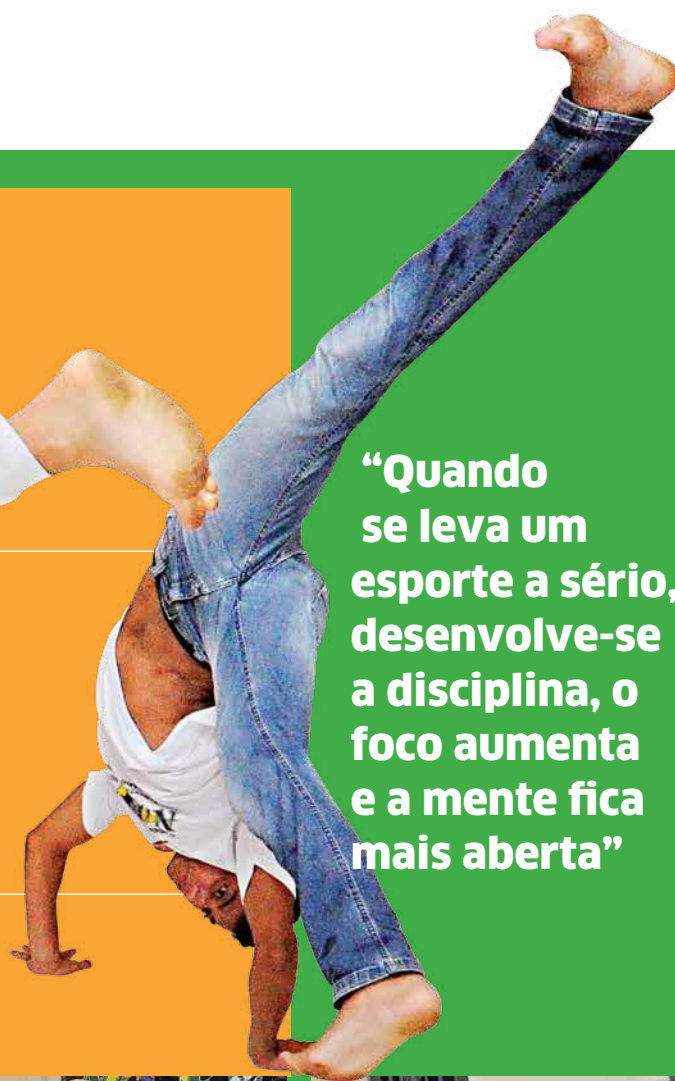


Metalúrgico leva disciplina, foco e humildade a crianças carentes por meio da capoeira

Rafael Amorim usa trabalho voluntário para ajudar a comunidade, afastando crianças das drogas e aumentando suas oportunidades

Há 20 anos, o metalúrgico Rafael Amorim começou a praticar capoeira. Depois de muitos treinos e ralação se formou e começou a dar aulas. Desde 2010, o trabalhador dava aulas em academias, mas recentemente Amorim decidiu ampliar os horizontes e fazer do seu esporte uma oportunidade para crianças carentes. Assim começou a mudar a história de muitas crianças.

O projeto, que começou modesto, cresceu. Atualmente, o metalúrgico da New Holland realiza um trabalho voluntário dando aulas gratuitas para crianças de dois colégios, que não têm condições de pagar qualquer mensalidade para manter a prática de algum esporte. As aulas de Amorim também acontecem na Associação de Capoeira Magô, onde é cobrada apenas uma taxa para a manutenção da estrutura. O metalúrgico conta que a sua maior satisfação é ver o progresso dos alunos na capoeira. “Quando se leva um esporte a sério, desenvolve-se a dis-



“Quando se leva um esporte a sério, desenvolve-se a disciplina, o foco aumenta e a mente fica mais aberta”

ciplina, o foco aumenta e a mente fica mais aberta. É um aprendizado. Para dizer bem a verdade, aprendo muito mais com meus alunos do que ensino, pode ter certeza”.

O trabalho desenvolvido não conta com nenhum patrocínio direto. O maior apoio recebido vem de parceiros, com necessidades básicas, como por exemplo, um restaurante que oferece comida a preços mais baixos para as crianças do projeto.



Lei da terceirização pode acabar com PLR, FGTS, abono, VT, VR e todos os direitos trabalhistas

O AR QUE ESTAMOS ACOSTUMADOS A RESPIRAR, QUE DE TÃO NATURAL JÁ NEM NOTAMOS, PODE ACABAR.

Quem tem emprego formal e sindicato forte já não se lembra mais da vida de trabalhador explorado. Hoje ganhar até R\$ 30.000,00 de PLR por ano tornou-se tão natural quanto respirar. Pois é, só que esse ar pode acabar. Com a desculpa de proteger terceirizados, Projeto de Lei 4330 pretende possibilitar que empresas transformem cada trabalhador em uma empresa. Por quê? Ora... Ninguém precisa pagar FGTS, vale transporte, vale refeição, seguro desemprego, previdência social ou qualquer outro direito trabalhista a uma empresa.

Para o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Queiroz, setores econômicos querem aumentar suas margens de lucro cortando direitos dos trabalhadores. “Hoje o governo não tem mais margem fiscal para realizar renúncias, desonerações, como até um passado recente, então o setor empresarial está investindo nas relações de trabalho”, afirma.

A estratégia patronal

A estratégia das empresas é simples. Existem aproximadamente 10% de trabalhadores terceirizados que estão expostos, sem direitos regulamentados. As empresas pretendem,

com inédito discurso de defesa do direito dos trabalhadores, oferecer direitos aos terceirizados e, de quebra, dar a possibilidade a qualquer empresa de transformar os outros 90% de trabalhadores também em terceirizados.

“Esse projeto garante algumas migalhas para o conjunto dos trabalhadores, terceirizados ou não”, salienta Queiroz. Trabalhadores que conquistaram, após muitos anos de luta, direitos trabalhistas importantes podem perdê-los no instante em que se tornarem empresas. “O que estão querendo fazer é tirar direitos de uma área que já têm bastantes direitos e proteção, e colocar em outra área, que passa a ter algum direito, mas menos do que originalmente”, explica o assessor.



Terceirização da atividade fim

A grande questão é que, ao invés de apenas regulamentar os direitos trabalhistas necessários a quem é terceirizado, o projeto de lei insere a possibilidade de que as empresas também terceirizem sua atividade fim. Ou seja, uma fábrica não precisaria mais contratar trabalhadores, mas poderia apenas contratar outras empresas para fazerem os diferentes serviços de cada setor.

Qualquer sindicato perderá legitimidade de mobilização quando os trabalhadores da sua categoria passarem a ser terceirizados. “Se essa lei estivesse sendo regulamentada apenas para atividade meio, seria muito bem vinda, porque iria trazer direitos para uma área que não tem”, explica Queiroz.



O que é atividade fim?

A atividade fim de uma empresa é a atividade para a qual aquela empresa foi constituída, que, inclusive, é especificada no seu estatuto social.

O que é atividade meio?

São atividades que a empresa necessita desenvolver para oferecer o serviço ou produto da sua atividade fim.

Exemplo:

A atividade fim de uma fábrica de carros é produzir carros. A segurança ou a limpeza do local são atividades meio. Portanto, uma fábrica de carros não pode contratar uma outra empresa para fabricar os seus carros, mas pode contratar uma empresa de segurança ou de limpeza. Nesse caso os metalúrgicos que fabricam os carros têm a proteção e os benefícios da categoria, mas os seguranças e as faxineiras podem ser contratados temporariamente, sem direito a seguro desemprego, previdência social ou FGTS.

Nada de responsabilidade solidária

O projeto não prevê que a empresa que contrata o serviço, ou seja, contrata outra empresa, seja responsável em mesmo grau no caso de descumprimento das leis trabalhistas. É a chamada responsabilidade solidária. A única coisa que o projeto prevê é a responsabilidade acessória, que já faz parte da Súmula 331 do TST, único elemento jurídico que regulamenta a terceirização atualmente. Na prática, a empresa tomadora de serviços poderá se esquivar das obrigações trabalhistas, já que a empresa contratada sempre possuirá maior responsabilidade na relação com os seus empregados.

Empresas pequenas possuem uma relação muito mais flexível com os trabalhadores e possuem menor fiscalização do poder público e dos sindicatos. Ao serem uma grande quantidade, cada uma tendo poucos funcionários, é mais comum não haver o pagamento de horas extras, FGTS ou outras verbas trabalhistas. Em muitos casos, as empresas são apenas laranjas, constituições jurídicas para permitir a contratação de empregados com maiores facilidades fiscais. O que vai acontecer na prática, caso o projeto seja aceito, é que trabalhadores que antes possuíam ampla proteção ficarão expostos a essas empresas.

Possibilidade de quarteirização

Como se não bastasse a terceirização, o projeto prevê a possibilidade da quarteirização. Ou seja, cada empresa pode subcontratar outras empresas. Dessa forma, todos os envolvidos no processo podem realizar contratações e subcontratações sem contratar um trabalhador sequer. O próprio empresário pode subcontratar outras empresas suas e se esquivar de todas as obrigações trabalhistas.

Existem muitos nomes bonitos para a quarteirização. Os empresários falam de uma evolução da terceirização, um novo modo das empresas buscarem maior competitividade, redução de custos, eliminação do desperdício e aumento de produtividade. É a possibilidade de melhorar a gestão. Tratando melhor os trabalhadores? Não. Com a quarteirização, “estabelece-se o que se denomina de mo-

Empresas pequenas possuem uma relação muito mais flexível com os trabalhadores e possuem menor fiscalização do poder público e dos sindicatos.

“Pejotização”

Como retoque final, o escabroso projeto de lei traz a possibilidade de que as empresas possam tornar cada um dos seus funcionários uma empresa. Ao invés de contratar funcionários, as empresas poderão obrigar os seus funcionários a adquirir um CNPJ, tornando-as pessoas jurídicas. Dessa forma, cada funcionário terá que pagar impostos por ser empresa, mas sem qualquer benefício trabalhista.

Distribuição de lucros, abonos salariais, vales alimentação ou refeição seriam impensáveis, já que tais elementos não fazem parte de uma relação contratual entre duas empresas. Seguro-desemprego seria piada. O contrato de prestação de serviços poderia ser encerrado a qualquer momento, desde que assim o previsse. FGTS? Claro que não, cada empresa que pague o FGTS correspondente aos seus trabalhadores. O problema é que não haverá mais trabalhadores, apenas empresas.

nitoramento intensivo em relação ao desempenho dos serviços”, explica o estudo “Quarteirização vs Terceirização: uma vantagem competitiva”, de especialistas da UFRJ e da PUC.

A verdade é que mesmo com as garantias que a legislação trabalhista traz atualmente, tem sido necessária a intensa intervenção dos sindicatos para garantir que esses direitos sejam realmente efetivados na prática. Com a possibilidade da terceirização e da quarteirização, a busca por competitividade vai sobrepujar ainda mais os direitos trabalhistas e as condições dignas de trabalho, como tem acontecido reiteradamente em inúmeras empresas pelo Brasil, a exemplo da Bosch, que há décadas possui o assédio moral como ferramenta de trabalho na busca pela sustentação da “competitividade”, ou seja, dos lucros.

Agora patrão defende peão?

O caso mexicano

No final de 2012, o México realizou uma reforma trabalhista que incluiu a regulamentação da terceirização. Após a reforma, ao contrário do que os empresários afirmavam, o desemprego aumentou substancialmente. A terceirização que já existia no país tornou-se mais generalizada, e houve precarização do trabalho, até mesmo, dos próprios terceirizados, já que também houve alteração nos mecanismos da responsabilidade solidária que antes existia nos casos de subcontratações.

Situação no Congresso

O PL 4330 já foi aprovado na Câmara, mas para tornar-se Lei deve ainda ser aprovado no Senado e ser sancionado pela Presidente da República. Com a mobilização dos trabalhadores brasileiros após a aprovação do projeto na Câmara, o Senado mostra maior receio em levar o projeto adiante.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto terá mais tempo para ser debatido e modificado do que teve na Câmara. Ele garantiu o amplo debate com as centrais sindicais.

O problema é que o amplo debate costuma ser uma retórica demagógica para impor interesses econômicos, já que a posição dos trabalhadores brasileiros é muito clara: nada de terceirização para atividade fim! Segundo o ex-presidente Lula, se o PL 4330 for aprovado no Senado, a presidente Dilma vetará o projeto.

Veja as entidades que defendem o PL 4330, com o argumento de que visam a defesa dos direitos dos trabalhadores



Confederação Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Agricultura



Confederação Nacional do Comércio



Confederação Nacional de Saúde



Confederação Nacional do Transporte



Confederação Nacional das Instituições Financeiras



Fecomércio de diversos estados



Senador Roberto Requião deixa o PL 4330 às claras

De quem é a reivindicação do PL 4330?

Basicamente das montadoras de automóveis e dos bancos que querem desmontar os sindicatos.

O que o PL 4330 acarretaria se fosse aprovado?

Traria perdas fantásticas para o erário, porque eles iriam contratar trabalhadores fixos através de empresas de locação de mão de obra, pagando um terço do salário normal viabilizado pela luta sindical.

O que os trabalhadores perdem?

Os trabalhadores perdem a participação nos lucros, perdem os planos de saúde dos sindicatos estabilizados. É uma escravidão moderna a favor do grande capital.

Qual cenário nacional se desenharia com o PL 4330 em vigor?

De repente você teria um grupo de capitalistas, um grupo

de especuladores, que seriam donos de uma empresa, sem ter nenhuma responsabilidade trabalhista. Tudo terceirizado. Tudo com empresas laranjas.

Cenário no Senado é favorável ou contrário à aprovação do PL 4330?

Eu acho que no Senado não passa, mas é uma impressão pessoal minha.

A base do governo está trabalhando contra ou a favor do PL 4330?

Na verdade o governo se dividiu, mas a presidenta disse que veta.

O PL 4330 traz a terceirização da atividade fim, isso é positivo para os trabalhadores?

“A terceirização da atividade fim é um crime, é uma barbárie que não pode ser aceita.”



“A terceirização é uma escravidão moderna a favor do grande capital.”

É evidente que ela traz a precarização do trabalho. A terceirização da atividade fim é um crime, é uma barbárie que não pode ser aceita. Estaremos nessa briga no Senado.

“Montadoras vendem automóveis pelo maior preço do mundo, querem comprimir salário e precarizar trabalho.”

Os conglomerados financeiros estão aproveitando esse momento político para emplacar esse tipo de projeto?

Estão aproveitando este momento político e a desinformação, dizendo que o projeto vai aumentar o número de trabalhadores, falando pela mídia de uma forma absolutamente mentirosa.

Como as montadoras têm atuado nesse âmbito?

Montadoras estão fazendo pressão. São as mesmas que têm sobrevivido no Brasil a custo de benefícios fiscais brutais. As mesmas que vendem automóveis pelo maior preço do mundo, que querem comprimir salários e precarizar o trabalho.

O que os trabalhadores podem fa-

zer, além das manifestações já realizadas, para impedir a aprovação do PL 4330?

Chamar os senadores para conversar um por um e deixar os argumentos bem claros. Esse projeto não é bom para ninguém, a não ser para o capital vazio.

Algum recado para os trabalhadores da Força Sindical?

O meu cumprimento aos trabalhadores da Força Sindical e à direção que tem mantido uma postura muito clara a favor do trabalho e não tem seguido orientações equivocadas da nacional.

INVESTIMENTO

Novos negócios mostram vigor e confiança da indústria no Brasil

Multinacionais mantêm planos de longo prazo e agem com confiança no futuro da economia brasileira

Investimento da Bosch no Brasil vai chegar a R\$ 100 milhões neste ano

Apesar da baixa no mercado neste ano, a Bosch vai investir R\$ 100 milhões nas suas sedes no Brasil ao longo de 2015. O investimento permitirá com que a companhia modernize suas linhas de produção locais. O anúncio foi feito pelo próprio presidente da organização na América Latina, Besaliel Botelho. “Mesmo com ambiente econômico desfavorável, a estratégia da empresa é de longo prazo”, diz o presidente da Robert Bosch América Latina.

A BMW deverá produzir 15 mil carros em Araquari neste ano

A fábrica da BMW instalada em Araquari-SC planeja produzir 15 mil carros neste ano. Instalada no norte do estado, a unidade caminha para sua capacidade plena, que é de produzir 32 mil automóveis por ano. Segundo o gerente sênior de comunicação corporativa da BMW Brasil, Vladimir Melo, o investimento para isto já está dentro do planejamento. “O momento é de olhar o mercado com atenção e pensar a fábrica a longo prazo”, afirma.

Vendas da Toyota no Brasil aumentam em 12% no primeiro trimestre de 2015

A Toyota vendeu 41.055 veículos novos no primeiro trimestre de 2015, totalizando um aumento de 12% em comparação com o volume de vendas no mesmo período do ano passado. Em março, o aumento foi ainda mais destacado, com um aumento de 45% na produção de automóveis no território nacional. Somente em março, foram 17.062 modelos deste ano contra 11.728, do ano passado.

Para os trabalhadores, investimentos assim criam novos empregos, desenvolvem o estado e captam mais renda para os paranaenses

Audi está investindo R\$ 525 milhões na planta de São José dos Pinhais

A indústria automobilística Audi está investindo cerca de R\$ 525 milhões na fábrica de automóveis de São José dos Pinhais. Segundo o gerente comercial da unidade, Christian Acciarto, a razão do investimento, mesmo em um ano de crise, deve-se ao fato da Audi ter sido a indústria automobilística que mais cresceu nos últimos anos, tendo fechado o ano de 2014 com 12.500 unidades vendidas. “Este ano não será diferente. Pretendemos aumentar bastante a produção. Até 2020, queremos estar produzindo 30.000 carros por ano”, anuncia.

Volvo inaugura novos espaços na unidade CIC

Em 10 de abril, o presidente do Grupo Volvo na América Latina, Claes Nilsson, inaugurou dois novos espaços da empresa da Cidade Industrial de Curitiba. Iniciado em 2010, o projeto teve o investimento de R\$ 1,2 bilhão e recebeu apoio do Governo do Paraná, por meio do programa de incentivo fiscal Paraná Competitivo.

O TRABALHO que deprime



A atividade que deveria trazer dignidade ao ser humano, a cada dia traz mais depressão, estresse, ansiedade e inúmeros transtornos mentais. No ano passado, 222 mil pessoas foram afastadas do próprio trabalho que tirou sua sanidade psicológica. Resta a pergunta: como o mercado e os ambientes de trabalho se tornaram tão doentios?

Trabalho. Meio de vida. Forma de sustento da família. Razão e sentido da existência, possibilidade de ser útil aos demais e de contribuir com a coletividade. Meio de geração de riqueza e desenvolvimento individual e social. Essas são apenas algumas das designações que o trabalho pode receber, todas muito nobres e dignificantes. Visões muito distantes, porém, da triste realidade que, em contraponto, vem tomando cada vez mais corpo no mundo do trabalho. O número de pessoas que adoecem psicologicamente por causa do trabalho aumenta a cada dia. Os números oficiais são irrisórios perto do tamanho do problema real. Em 2014, 222 mil pessoas foram afastadas por transtornos mentais, número que cresceu 36% em apenas um ano. Contudo, sabe-se, o sistema de saúde brasileiro não dá conta da sua demanda e a maioria dos trabalhadores com distúrbios psicológicos não consegue auxílio do INSS. Neuroses e depressões tornaram-se a mais concreta realidade. Trocando em miúdos, o trabalho, que outrora dignificava, agora enlouquece.

Pela sobrevivência, trabalhadores estão perdendo a sanidade mental. Elementos como assédio moral, excesso de competitividade, busca por lucros e ambientes com condições indignas de trabalho têm gerado sérias doenças psicológicas como depressão, estresse, transtornos de ansiedade, síndrome do pânico, síndrome de burnout e fibromialgia. Empresas com receio de aumentar custos e diminuir a produtividade escondem o problema e mantêm a lei do terror. Trabalhador tem que pagar o que vale, não importa o custo psicológico disso. “Há evidências que se apoiam em dados

científicos robustos de que a precarização das condições de desempenho laboral das classes trabalhadoras ocorridas nas últimas décadas joga um relevante papel no aumento da ocorrência dos transtornos ansiosos e de estresse, em âmbito mundial”, explica o doutor do Departamento de Neurociências e Saúde Mental da Universidade Federal da Bahia (UFBA), William Azevedo Dunningham.

O estudo “Globalização e melancolia: a depressão como doença ocupacional”, feito pela doutora em Direito Pela Universidade de São Paulo (USP) e psicanalista do Instituto de Psicanálise Lacaniana (IPLA), Dorothee Susanne Rüdiger, revela “segundo órgãos internacionais, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), há indícios de que a busca por competitividade leva ao estresse, que causa depressão em milhões de trabalhadores no mundo. Em outras palavras, o ambiente do trabalho contemporâneo gera, em muitas categorias profissionais, a depressão como principal doença ocupacional”.

O problema é que as empresas fazem parte de uma lógica capitalista maior que elas mesmas. Reféns de um sistema estritamente materialista, o mais fácil para garantir a sua própria sobrevivência é retransmitir a busca incessante pelo lucro, a qualquer preço, para diretores, supervisores e gerentes. No final da corrente de transmissão, ficam os tra-

balhadores. Com o mínimo de capital em suas mãos, o que lhes resta é trabalhar conforme as exigências da empresa. Quando têm sorte, podem se refugiar em um sindicato forte e honesto, que os defenda na luta pelos seus interesses

A “flexibilidade” do capitalismo moderno trouxe diversas condições de precarização do trabalho, o que permite uma intensificação dos problemas de saúde mental

e seja capaz de lhes garantir alguma dignidade.

O pesquisador e sociólogo Marcio Moneta, especialista na área do trabalho e da classe trabalhadora brasileira, afirma que a “flexibilidade” do capitalismo moderno trouxe diversas condições de precarização do trabalho, o que permite uma intensificação dos problemas de saúde mental observados. Instabilidade no emprego, alta rotatividade, exposição à insegurança no trabalho, vínculos frágeis de emprego, convivência constante com demissões e exposição prolongada ao desemprego são fontes de intenso sofrimento e adoecimento mental dos trabalhadores.

“Um exemplo importante de como a pressão em busca de resultados é exercida são as políticas de remuneração atuais, nas quais muitas vezes uma parte importante do valor recebido não está no salário, mas em bônus móveis, que são dados a partir da obtenção de resultados e são uma forma de ameaça constante, pois podem ser retirados a qualquer momento”, explica o pesquisador.

A doutora em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Norma Sueli Padilha, afirma que entre os juristas que estudam a depressão como doença do trabalho, prevalece a tese de que as transformações que ocorreram no mundo do trabalho nos últimos quarenta anos são os fatores sociais, econômicos e culturais responsáveis por essa verdadeira epide-

mia. Ou seja, há uma relação direta de causa e efeito entre as transformações no meio ambiente social do trabalho e a depressão crescente no Brasil e no mundo.

“Muitas coisas mudaram no ambiente de trabalho, introduzindo novos riscos e novas organizações de trabalho, com ritmo excessivo, exposição a ambientes estressantes, má postura e movimentos repetitivos, que contribuem para a geração ou podem ser a origem de transtornos mentais”, afirma o médico do SMC, doutor Zuher Handar.

De acordo à consultora jurídica e especialista em Direito do Trabalho, Fernanda Moreira de Abreu, esse quadro de mudanças quase permanente reflete em cheio na saúde mental do trabalhador, acarretando ansiedade,

“Muitas coisas mudaram no ambiente de trabalho, introduzindo novos riscos, com ritmo excessivo, exposição a ambientes estressantes, que contribuem para a geração ou podem originar transtornos mentais.”

irritação, angústia, frustração, depressão e outras anomalias que podem evoluir para um quadro vasto de doenças psicossomáticas.

A psicóloga do SMC, Jussara Vargas, aponta a falta de qualificação de líderes como um fator decisivo na insalubridade psicológica dos ambientes de trabalho. “Vemos assédio moral, exigência de produtividade em índices sobre humanos, coisas absurdas. Raramente encontramos líderes preparados para gestar uma equipe e extrair o melhor dela de forma saudável, com motivação”, explica.

O próprio Ministério da Saúde, na obra *Doenças Relacionadas ao Trabalho*, adverte que “as decepções sucessivas em situações de trabalho frustrantes, as perdas acumuladas ao longo dos anos de trabalho, as exigências excessivas de desempenho cada vez maior no trabalho, geradas pelo excesso de competição, implicando ameaça permanente de perda do lugar que o trabalhador ocupa na hierarquia da empresa, perda efetiva, perda do posto de trabalho e demissão podem determinar depressões mais ou menos graves ou protraídas”.

Segundo o médico do trabalho e psiquiatra, Alexandre Zatera, muitas vezes as organizações não levam em conta o perfil psicológico dos trabalhadores ao captar empregados no mercado de trabalho. “A depressão pode se manifestar por uma dessincronia entre a perspectiva que o trabalhador tem com o seu trabalho, o que realmente acontece ao seu redor e o que ele ga-

A DEPRESSÃO CAUSA R\$2 TRILHÕES DE PREJUÍZO AO REDOR DO MUNDO.

Os dados são de Koki Annan, ex-secretário geral das Nações Unidas, que abriu o seminário “A Crise Global da Depressão”, realizado em Londres e promovido pela revista britânica “The Economist”.



nha em troca por isso. Se o trabalhador sentir que está sendo subutilizado, que tem pouco espaço para que suas ideias sejam aceitas e outros elementos que aumentem a carga psicológica, seu humor pode ser minado a ponto de que se manifestem episódios depressivos”, explica o doutor.

A psicoterapeuta Isabela Siegel

Corrêa alerta para os perigos existentes em uma visão mecanicista dos trabalhadores por parte das empresas. “A visão que se tem do ser humano hoje, traz uma cultura que vai fatalmente gerar neuroses e patologias”, explica. Ela informa que o estresse é uma condição natural do organismo para enfrentar situações

de perigo, onde se deve lutar ou fugir, ação que os trabalhadores nunca podem realizar. “Essa condição se torna prejudicial quando repetida constantemente, sem possibilidade de descargas emocionais, gerando melancolia, depressão, neuroses e diversos tipos de ansiedade”, finaliza a psicóloga.

Segundo OIT, estresse gerado pelo trabalho tem conduzido pessoas ao suicídio e 42% dos brasileiros já sofreram assédio moral

Humilhações constantes, isolar uma vítima e causar-lhe situações de constrangimento são as principais características do assédio moral. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 42% dos brasileiros já foram vítimas desse tipo de assédio.

O assédio moral ocorre quando há uma conduta abusiva, com a violação ao respeito, dignidade humana, cidadania, imagem, coação moral e outros, que se repete sistematicamente. Os assediadores geram a degradação deliberada das condições de trabalho e do psicológico do trabalhador, ferindo o direito à igualdade previsto na Constituição Federal.

A OIT afirma que o estresse relacionado com o trabalho e as suas consequências para a saúde tornaram-se questões extremamente preocupantes. As empresas estão cada vez mais sendo confrontadas com casos de assédio psicológico, intimidação, assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência. Numa tentativa de lidar com o estresse, os trabalhadores poderão recorrer a comportamentos pouco saudáveis, tais como o abuso de álcool e drogas. Foram identificadas relações entre o estresse e doenças músculo-esqueléticas, cardíacas e do sistema digestivo. Se prolongado, estresse relacionado com o trabalho pode contribuir para o surgimento de doenças cardiovasculares graves. Além disso, a crise econômica e a recessão levaram a um aumento do estresse relacionado com o trabalho, da ansiedade, da depressão e de outros distúrbios mentais, tendo mesmo conduzido algumas pessoas ao extremo do suicídio.



Instabilidade no emprego, alta rotatividade, pressão excessiva, exposição à insegurança, vínculos frágeis no trabalho e convivência constante com demissões são fontes de intenso sofrimento e adoecimentamental dos trabalhadores.

Para evitar o agravamento de transtornos mentais fique ligado aos seguintes sintomas

- Rebaixamento ou alteração excessiva de humor
- Redução de energia e diminuição de atividade
- Alteração da capacidade de experimentar o prazer
- Diminuição da capacidade de concentração
- Fadiga excessiva, mesmo em esforços mínimos
- Insônia ou problemas de sono
- Diminuição ou perda de apetite
- Diminuição da autoestima e da autoconfiança
- Ideias de culpabilidade e/ou de indignidade
- Perda de interesse ou prazer
- Despertar matinal em horários anteriores aos normais
- Lentidão psicomotora importante
- Agitação
- Perda de peso
- Perda da libido
- Alusão ao suicídio

OMS afirma que depressão já é a doença mais incapacitante do mundo

Menos de uma década atrás, a OMS previa que, a partir de 2020, a depressão seria a segunda doença que mais afasta trabalhadores do seu emprego em escala mundial. No entanto, o futuro chegou antes. Cinco anos antes dessa previsão, a depressão superou as tristes expectativas e tornou-se a campeã mundial na causa de afastamentos do trabalho.

Segundo o diretor do Instituto de Psicologia Clínica e Psicoterapia da Technische Universität de Dresden, Alemanha, Hans-Ulrich Wittchen, “os males da mente são os mais prejudiciais e limitantes entre todos os grupos de doenças, e a depressão, individualmente, é a mais incapacitante de todas”.

Segundo a OMS, a média de falta no trabalho de um indivíduo com depressão é de sete dias por mês, enquanto a média geral é uma vez a cada 30 dias. Em linha com essa afirmação, uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) revela que 48,8% dos trabalhadores que se afastam por mais de 15 dias do trabalho sofrem com algum transtorno mental, sendo a depressão o principal deles.

A Associação Brasileira de Transtornos Afetivos (Abrata), revela, ainda, que ao menos 44% das pessoas com quadros de depressão, ainda que não o saibam, possuem redução significativa da capacidade de trabalho.

Estudo encomendado pela Federação Mundial para a Saúde Mental aponta que 64% das pessoas deprimidas relataram ausência no trabalho, além de 80% admitirem, ao menos, redução na produtividade, algo que implica até mesmo possibilidade de demissão.

Doente e sem buscar ajuda médica, o profissional corre o risco de ser mal interpretado pela empresa, alerta o psiquiatra Acioly Lacerda. “É muito importante reconhecer os sintomas, buscar ajuda médica e seguir corretamente o tratamento indicado pelo especialista. A falta de tratamento compromete a vida social e profissional do paciente”, acentua o professor da USP.

“A depressão superou as tristes expectativas e tornou-se a campeã mundial na causa de afastamentos do trabalho.”

É possível curar, mas melhor é prevenir

De forma geral, médicos e especialistas afirmam que o tratamento ideal para reverter quadros de transtornos mentais se baseia em uma combinação de medicamentos antidepressivos com a psicoterapia, ainda que seja necessário avaliar cada caso isoladamente. A OMS estima que entre 60% e 80% das pessoas que são diagnosticadas com depressão logo no início da doença e recebem o tratamento adequado conseguem se curar. A organização, porém, contabiliza que menos de 25% dos afetados pela doença — em alguns países a parcela chega a 10% — recebem o cuidado necessário.

Segundo Dunningham, “as metas de produção poderiam ser discutidas e não impostas pelas empresas privadas e estatais”.

A psicoterapeuta Beatriz Rangel, explica que diversos trabalhadores “não sabem as causas de seu aparente desinteresse no trabalho ou do mau relacionamento com os colegas”.

Já o especialista Ricardo Esch entende que “o comportamento dos funcionários, reflete as políticas da empresa. Organizações que têm como valores o respeito e a atenção ao ser humano certamente estimulam ambientes de trabalho em que as mesmas práticas são percebidas”,



O que o trabalhador deve fazer em casos de distúrbios mentais?

O trabalhador que detectar que está com algum tipo de anormalidade psicológica ou mental deve imediatamente buscar o departamento de saúde do sindicato da sua categoria ou o seu médico pessoal. Quanto antes o problema é detectado, maiores são as chances de resolução do problema e de redução de danos.

Se o médico que realizar o atendimento der diagnóstico que confirma transtorno mental, a empresa deve ser notificada imediatamente e o trabalhador deve solicitar afastamento pelo INSS por tempo indefinido para

tratamento. Para isso, um perito deve confirmar que o distúrbio mental é decorrente da atividade profissional desenvolvida pelo trabalhador. Portanto, é importante que o trabalhador reúna provas, como testemunhas, protocolo de denúncias feitas no sindicato da categoria e no Ministério Público sobre a situação do trabalho, laudos do psicólogo e do psiquiatra e qualquer outro elemento que comprove o rigor excessivo exigido pela empresa, assédio moral, pouco tempo de intervalo, excesso de horas extras e demais práticas abusivas por parte da empresa.

O que não fazer?

O diretor de Saúde do SMC, Osvaldo Silveira, adverte sobre os perigos dos trabalhadores ficarem restritos às orientações da empresa, inclusive médicas. “O que o trabalhador não pode fazer em hipótese alguma é ficar na mão da empresa. Isso vai tirar todos os seus direitos. Ele deve procurar ajuda fora da empresa. O sindicato tem um departamento de saúde pronto que dará encaminhamento aos profissionais competentes para que tenha todo o tratamento clínico e jurídico necessário”, explica o diretor.

COMO ACONTECE NA PRÁTICA

Trabalhador tem problema no trabalho:

pode ser doença física, lesão por esforço repetitivo ou acidente de trabalho.



Trabalhador é afastado para fazer um tratamento inicial:

quando a empresa reconhece a necessidade de tratamento médico.



Trabalhador volta a trabalhar com capacidade reduzida:

depois de muito tempo afastado, os supervisores aumentam a pressão.

Trabalhador acredita que pode ser despedido a qualquer momento:

o assédio moral não para, trabalhador é mal visto por supervisores e colegas de trabalho.

VEJA ALGUNS DOS PRINCIPAIS TRANSTORNOS MENTAIS LABORAIS

- Abuso de drogas
- Alcoolismo
- Depressão
- Estresse
- Fibromialgia
- Insônia
- Síndrome de Burnout
- Síndrome do Pânico
- Transtornos alimentares
- Transtornos de ansiedade



O que é um transtorno mental?

Transtornos mentais são condições de anormalidade, sofrimento ou comprometimento da ordem psicológica, mental ou cognitiva. Também podem ser chamados de distúrbios mentais, transtornos psiquiátricos e doenças mentais.

Trabalhador inicia quadro depressivo mas com medo continua a trabalhar:

sendo exigido por mais rendimento, o trabalhador não busca tratamento e se sente cada vez pior.

Trabalhador adquire transtorno mental e empresa busca esconder problema:

sem denúncia no sindicato e no MP, a empresa pode fingir que o problema não existe e arcar com custos de tratamento ou afastamento.

Na Bosch o assédio moral é prática cotidiana de trabalho

Na Bosch do Brasil o assédio moral é rotina de trabalho. Trabalhadores sofrem diariamente com pressão psicológica por operarem excesso de máquinas e serem vítimas de um excesso de busca por resultados. A empresa inteira tem apenas uma psicóloga, que, segundo empregados da empresa, nunca faz visitas aos trabalhadores afastados em casa – justamente aqueles que mais necessitam de atenção.

As maiores tensões acontecem em época de negociação salarial. A empresa, ano após ano, realiza práticas antissindiais, inibindo o trabalho dos delegados de base e impondo negociações aos seus tra-

balhadores. Segundo o delegado de base, Jorandir Ferreira, esse padrão de trabalho acontece desde que o nome Bosch existe em Curitiba. “Empresa prega responsabilidade social para a mídia, mas na realidade, seu trabalho social deixa muito a desejar”, explica.

Resultado

O desdobramento de práticas de assédio e pressão psicológica não poderia ser diferente. Atualmente, 11 trabalhadores da empresa estão afastados por distúrbios mentais e são acompanhados pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras), da Prefeitura de Curitiba.

MAIS INFORMAÇÕES:

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO SIND. DOS METALÚRGICOS DA GRANDE CURITIBA: (41) 3219 6422 - 6412 ou 6490
E-MAIL: departamentodesaude@simec.com.br



Depois de dois anos, trabalhador é despedido pela empresa:

acabado o período legal, a empresa pode demitir por justa causa, acusando baixo rendimento, e o trabalhador não pode comprovar que sua doença teve ligação direta com o ambiente de trabalho, suas informações ficam registradas no banco de dados da empresa e são repassadas a qualquer outra empresa que imagine contratá-lo.





DEPOIMENTO

Conheça a história do metalúrgico que teve problemas físicos devido ao excesso de carga, foi diagnosticado erroneamente três vezes por médicos indicados pela montadora, realizou duas cirurgias, sofreu assédio moral e luta até hoje contra a depressão e a fibromialgia.



Quando a dor física e psicológica supera o amor ao trabalho

Eu comecei a sentir muitas dores no corpo, nos ombros. Como essa dor me atrapalhava, ia pra empresa e tomava duas injeções por semana pra poder trabalhar. Quando fiz os exames, orientado pela empresa, deram como bursite nos dois ombros. Fiz tratamento durante um ano para bursite. Dois comprimidos por dia e sessenta sessões de fisioterapia. Aí trabalhando, quando fui tirar uma lateral do caminhão (“talha”), que não deixava ter uma boa postura, desloquei o ombro direito. Me mandaram pro Cajuru. Lá me disseram que eu não poderia estar tomando a medicação que a empresa tinha me dado para a dor, porque era anabolizante. Levei até uma prensada do médico naquela hora.

Quando retornei ao ambulatório da empresa pedi para ver outro ortopedista. Esse novo médico me disse que eu não tinha bursite, ele só encostou a mão e disse que era tendinite. Falou pra eu ficar 15 dias em casa, mas eu queria mostrar pra empresa que não queria ficar parado, queria a cura. Anulei o atestado para mostrar que não estava de brincadeira e pedi pra me recomendarem um médico bom.

Fui em um terceiro médico. Ele pediu uma ressonância e viu que tinha trauma por impacto nos dois ombros. Disse que só dava pra resolver com cirurgia. Tomei medicamento errado durante um ano, não tinha nem bursite nem tendinite. O problema era que o osso da clavícula desceu e o movimento pegava no tendão. Doía muito, dor insuportável. Só conseguia erguer o braço até a altura do ombro. Carregava 32 portas por dia, de 30 quilos cada, pegava três vezes cada uma.

“EU IA TER QUE OPERAR, A MINHA CHEFIA PEDIU PARA EU AGUENTAR MAIS TRÊS MESES PORQUE A PRODUÇÃO ESTAVA MUITO ALTA. EU ME SENTI COAGIDO.”

Quando falei que ia ter que operar, a minha chefia pediu para eu aguentar mais três meses porque a produção estava muito alta. Eu me senti coagido. Fiquei com medo. Parecia que se eu não ficasse os três meses podiam me mandar embora. Aguentei mais dois meses, aí não dava mais. Fiz cirurgia nos dois ombros e fiquei nove meses afastado.

Quando voltei, o pessoal me olhava de forma diferente. Sentia que achavam que eu estava de frescura, de boeira. A chefia não conversava mais da mesma forma comigo. Me senti um inútil no trabalho. Não sentia nenhum tipo de prazer, principalmente no trabalho. Chorava demais, sentia que nada estava bom. Ia trabalhar e não conseguia. Não conseguia pensar direito. Sentia medo. Medo de ser mandado embora porque não produzia e medo de morrer.

Então procurei o médico da empresa. Não sabiam o que estava acontecendo.



“QUANDO VOLTEI, O PESSOAL ME OLHAVA DE FORMA DIFERENTE. SENTIA QUE ACHAVAM QUE EU ESTAVA DE FRESCURA. A CHEFIA NÃO CONVERSAVA COMIGO COMO ANTES. ME SENTI UM INÚTIL NO TRABALHO.”

tecendo. Conversei com a assistente social da empresa e ela pediu pra eu procurar médico fora. Procurei o reumatologista, ele me mandou procurar o psiquiatra. Fui procurar o psiquiatra fora da empresa. Ele pediu pra eu ficar internado 15 dias. Relutei no começo e quis fazer o tratamento em casa, mas aí não surtiu efeito. Decidi pegar o carro e fazer loucura, tentar me matar. Por sorte minha esposa tinha escondido a chave do carro. Tomei quatro antidepressivos de uma vez e desmaiei, acordei no hospital. Na mesma hora já pedi pra ficar internado.

Passei 45 dias internado, com medicação bem cuidada, atividades laborais, manuais, acompanhamento de psicólogo, clínicos. O regime era fechado 24 horas, sem acesso a nada, nem celular. Família podia visitar duas vezes na semana só, durante uma hora. Os colegas e a família vinham me visitar. Só minha mãe que

não, ela não entra em hospital, tem trauma.

Depois de 45 dias ganhei alta. No mês seguinte passava o dia todo no hospital mas dormia em casa. Depois as consultas com o psiquiatra passaram a ser uma vez por mês. A psicóloga do sindicato também fez o acompanhamento, foi excelente o tratamento com ela.

As dores continuaram em todas as articulações. Fiz muitos exames que não davam nada. Até que me deram o diagnóstico de fibromialgia. Com a depressão, as dores da fibromialgia aumentam muito. Não dá nem pra dormir. Só no hospital com morfina pra passar.

No total fiquei cinco meses afastado por conta da depressão. Engordei 30 quilos, por causa da medicação e da depressão. Voltei a trabalhar, mas as dores continuaram fortes no quadril e no joelho. Procurei médico de quadril e com ressonância acusou trauma de impacto também. Aí fiquei mais quatro

meses afastado por conta da cirurgia do quadril.

Voltei a trabalhar de novo, só que as dores continuam igual. Fibromialgia não tem cura. Tem que tratar a depressão pra ela não aumentar as dores. Meu quadro de depressão está mais estável, consigo controlar um pouco mais. Sei que ainda tenho. Tomo 12 comprimidos pra depressão e fibromialgia todos os dias, são oito medicamentos diferentes.

Eu sei que eu tenho uma limitação, mas se todo mundo respeitasse isso eu conseguiria ter um trabalho e uma vida normais. Eu adoro o trabalho de metalúrgico. Estou desde os 14 anos até hoje. Quero me sentir valorizado novamente. Provar que eu posso ser uma pessoa normal, como qualquer um, mesmo com as dores diárias ou a depressão. Hoje o que eu mais quero é chegar em casa, abraçar meu filho e minha esposa, mas pra isso eu tenho que estar bem.



Documento revela histórico negro da Bosch em Curitiba

Assédio moral comum na empresa há duas décadas foi registrado oficialmente pelas mãos do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, por meio de um Dossiê. Denúncias foram feitas ao MPT, Industrial e Comitê Internacional da Bosch





Nos mês de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), finalizou o “Dossiê Bosch Curitiba - Uma história de desrespeito aos direitos humanos e à liberdade de organização sindical”. O documento traz um resgate histórico e documental do assédio moral, das perseguições e ameaças, de advertências e demissões ilegais, além de outros mecanismos contrários à dignidade humana e ao Estado de Direito, para atacar as organizações sindicais e acabar com as lutas dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho.

Após mais de duas décadas desse tipo de práticas, o estopim que levou à elaboração do documento foi a demissão ilegal do trabalhador e diretor sindical Cristiano Pereira. O trabalhador foi demitido após reivindicar melhores condições de trabalho. Segundo denúncias, os trabalhadores estão com sobrecarga de trabalho tendo que operar sozinhos de três a quatro máquinas. Além disso, outros dirigentes sindicais e até cipeiros estariam recebendo advertências e ameaças de demissão. Desde então, Cristiano Pereira e diversos outros trabalhadores se uniram a ele e permaneceram acampados em frente à sede da empresa, em Curitiba. O caso se assemelha ao do cipeiro Custódio da Silva, demitido ilegalmente em 1991 e que foi reintegrado à empresa com ordem judicial, após greve de fome realizada durante quatro dias na frente da empresa.

O primeiro registro que o documento traz data de 1989, quando a Bosch, ao invés de dialogar com seus trabalhadores, chamou a polícia, após reivindicações feitas acerca da reposição salarial, época em que a inflação alcançava os 1000% ao mês. Os registros trazidos pelo documento denunciam o tratamento que a Bosch dá aos trabalhadores em diversas áreas. Os protestos, sempre combatidos com polícia, assédio moral ou demissões ilegais, dizem

O primeiro registro que o documento traz data de 1989, quando a Bosch, ao invés de dialogar com seus trabalhadores, chamou a polícia.

respeito a horas excessivas de trabalho, discriminação de trabalhadores, suspensões indevidas, intimidação em campanha salarial, jornadas excessivas de trabalho que chegaram a 12 horas diárias, falta de condições de segurança, medidas contra a saúde dos trabalhadores, terrorismo, interferência nas assembleias do sindicato e flexibilização das condições de trabalho.

Prática sindical e greve são direitos garantidos por lei

O artigo 8º da Constituição Federal afirma que “é livre a associação profissional ou sindical”. E o Artigo 9º destaca que “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

As práticas da Bosch já foram denunciadas para:

- Ministério Público do Paraná
- Ministério Público do Trabalho
- UAW, sindicato metalúrgico dos EUA com atuação internacional
- Comitê Internacional da Alemanha
- Lopes Industrial

Para ler o dossiê completo acesse
www.simec.com.br/artigo/DossieBosch%20baixa.pdf

O que **os trabalhadores podem fazer** pela reforma política brasileira?

Juiz de Direito, fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, **Marlon Reis**, explica quais os caminhos e perigos que o Brasil possui na ansiada reforma política

Marlon Reis está em uma nova empreitada: garantir que a reforma política traga mais democracia ao Brasil, fato que corre sérios riscos de não ocorrer com as propostas que estão hoje no Congresso Nacional. Nesse contexto, buscamos saber como os trabalhadores podem colaborar para que a reforma política aconteça como a sociedade realmente quer.

MetalRevista: Os protestos por todo o Brasil exigem uma reforma política. O que temos que priorizar nessa reforma?

Marlon Reis: É fundamental um diagnóstico correto. O financiamento eleitoral deve permitir campanhas em condições de igualdade e por outro lado é preciso dar ênfase às ideias, aos programas e não ao mérito individual de cada candidato.

Que medidas devem ser adotadas para permitir condições de igualdade nas campanhas eleitorais?

A primeira coisa é que devemos proibir doações empresariais. Empresas interessadas em dominar o aparelho público atualmente são as grandes doadoras e como consequência são também as que mais recebem verbas públicas.

Como diminuir o foco no indivíduo durante as campanhas e estendê-lo às ideias e projetos dos partidos?

Isso se resolveria com votação em dois turnos para eleger vereadores, deputados e senadores também. Um turno para votar no partido e outro para votar no candidato, de forma que o eleitor tenha clareza das bancadas que está montando e das ideologias que está promovendo.

Qual sua visão sobre a unificação das eleições municipais, estaduais e nacionais?

A unificação é uma medida extremamente antidemocrática. Ela reduz a participação popular. As pessoas poderão ter voz decisiva sobre o governo apenas uma vez a cada quatro ou cinco anos.

Com a unificação das eleições não haveria uma ampliação do debate em todas as esferas?

Se houver a unificação o debate do município será completamente sufocado. O debate local é um debate importantíssimo sobre planejamento urbano, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, são temas que têm que estar deslocados de um âmbito estadual e nacional, porque o município é o âmbito mais real na vida de cada um de nós.

Há motivos escusos na proposta da unificação das eleições?

A unificação das eleições é uma proposta completamente antidemocrática, que esconde objetivos inconfessáveis e a sociedade precisa saber quais são esses motivos.

Quais são esses motivos?

O objetivo por trás da proposta de unificação das eleições está no in-

A primeira coisa é que devemos **proibir doações empresariais**. Empresas interessadas em dominar o aparelho público atualmente são as grandes doadoras e como consequência são também as que mais recebem verbas públicas.



teresse dos grandes partidos que têm muitas prefeituras e pretendem dominar as eleições presidenciais a partir da base feita pelas prefeituras. Ninguém poderá lançar um candidato à presidência sem negociar com esses partidos, porque os candidatos a prefeito e vereador estarão pedindo votos em cada município também para a presidência.

Quais seriam as consequências dessa submissão aos grandes partidos?

Acabaria a possibilidade de renovação. Partidos intermediários com boas propostas desapareceriam do mapa e ficaríamos reféns de dois ou três partidos, que vão dominar permanentemente a máquina pública.

E quanto à possibilidade de se economizar fazendo uma única eleição?

Esse assunto não tem nada a ver com

economia. As pessoas que estão querendo a unificação são as que estão menos preocupadas em economizar qualquer centavo.

Quais são as principais medidas no Congresso hoje que propõem a reforma política com perigos à democracia?

No Congresso a maioria está tendendo a agravar muito a situação. A PEC Vaccarezza, por exemplo, oficializa e protege constitucionalmente as doações empresariais. Outro perigo é a proposta pelo “distritão”, que consiste em que os vereadores e deputados mais votados sejam diretamente eleitos. Isso representa uma exclusão completa das minorias no parlamento. Na democracia todos têm que ter voz, ainda que de maneira proporcional.

Quais propostas de aumento da democracia existem no Congresso hoje?

Não há nenhuma. Nós temos uma proposta apresentada e estamos coletando assinaturas para que a discussão possa entrar no Congresso de maneira mais efetiva.

De quem é essa proposta?

Da Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que é composta pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e dezenas de outras entidades da sociedade civil.

Qual é a principal medida dessa proposta?

Em lugar da proteção que alguns partidos propõem, nós defendemos a pura

As pessoas que estão querendo a unificação são as que estão menos preocupadas em economizar qualquer centavo

e simples proibição, mas também criminalização das doações empresariais.

Como aconteceria o financiamento das campanhas eleitorais?

Pela nossa proposta, empresas não podem doar, porque quem deve escolher quem vai ser eleito somos nós, cidadãos. Por isso, prevemos a participação do cidadão com um pequeno valor, no limite de R\$ 700,00.

Como se chegou a esse valor de R\$ 700,00?

É um valor aproximado, mas ainda abaixo do salário mínimo.

O projeto contempla medidas de combate à corrupção?

Além da proibição de doações empresariais, que é origem de grande parte da corrupção hoje, também estamos criminalizando o Caixa Dois. Hoje não é crime desviar verba de campanha. Outro elemento importante que o projeto prevê é a fidelidade partidária para criar identidade entre os eleitos e os partidos pelos quais foram eleitos. A falta de fidelidade partidária estimula a corrupção ao permitir a compra de “passes” de lideranças políticas.

Que organizações apoiam essa proposta?

Hoje temos o apoio de 106 organizações nacionais, como a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o MCCE (do qual a Força Sindical faz parte) e muitas outras



entidades, como centrais sindicais e movimentos estudantis.

O que precisamos para que esse projeto possa virar realidade?

Agora nós precisamos finalizar a coleta de assinaturas. Já temos 600 mil e precisamos de 900 mil mais, para na sequência irmos ao parlamento cobrar a aprovação do projeto.

Com 1,5 milhão de assinaturas o Congresso Nacional é obrigado a votar o projeto?

Tecnicamente, não, mas politicamente, sim. Até hoje nunca houve um caso de iniciativa popular que o Congresso tenha ignorado.

Temos algum precedente positivo?

O maior exemplo fomos nós, do MCCE, que protagonizamos. A Lei da Ficha limpa foi uma iniciativa nossa que chegou ao Congresso com grande apelo popular e o Congresso foi politicamente obrigado a

votá-la e aprová-la.

Há outros caminhos para que essa reforma política realmente aconteça?

Se não for pela iniciativa popular nós não temos chance de ter uma boa reforma. Só a sociedade pode protagonizar esse processo.

O Congresso não está debatendo reforma política?

A reforma política será feita de baixo para cima. O lugar adequado para debater a reforma política não é o parlamento, nesse momento. O parlamento está de costas para a sociedade.

Onde o debate pela reforma política pode ser feito?

O lugar adequado para esse debate é a sociedade, é o local de trabalho, é a assembleia e os meios de comunicação dos sindicatos. A reforma política será feita na rua, por isso há o papel importantíssimo dos sindicatos.

Marlon Reis é Juiz de Direito do Maranhão, membro fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), fundador e presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe) e um dos redatores da minuta da Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2012). É coordenador do programa de pós-graduação à distância em Direito Eleitoral do Instituto AVM e ministrou a disciplina "Abuso de Poder Político e Econômico" no programa de pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade de Brasília. Como se não bastasse, é também autor dos livros "Direito Eleitoral Brasileiro" (Editora Leya-Alumnus), "O Gigante Acordado" (Leya) e "O Nobre Deputado" (Leya).

Principais medidas propostas pelo projeto da Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas

- Proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do Financiamento Democrático de Campanha;
- Eleições proporcionais em dois turnos;
- Paridade de gênero na lista pré-ordenada;
- Fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes

tos, que têm essa liderança de base com a classe trabalhadora.

Como você avalia o momento político do Brasil?

A sociedade está se sentindo politicamente órfã. O parlamento é a casa de representação do povo, mas foi definido segundo critérios exclusivamente de interesse econômico. É por esse sentimento de orfandade que, com maior ou menor consciência, a sociedade está marchando nas ruas.

Estamos avançando no controle da corrupção no Brasil?

Temos tido dificuldade em nos afastarmos de um legado que confunde o público e o privado desde o início da nossa história. O que eu comemoro hoje é o fato de mais pessoas estarem percebendo a necessidade da distinção entre o público e o privado.

A culpa da corrupção no nosso país foi da nossa forma de colonização?

Não podemos mais ficar atribuindo a culpa ao modelo colonizatório. Temos que enterrar isso junto com o século XX. Precisamos chegar finalmente ao século XXI, com um Brasil completamente diferente, de empreendedorismo, escola, sindicalismo e modos de agir diferentes.

As relações de poder podem mudar nesse novo Brasil?

Como nação, podemos agir de maneira mais horizontal e menos verticalizada. Depender menos do paterno, do "coroné", e depender mais de nós mesmos.

Essa mudança já está acontecendo?

O século XXI começa a mostrar seus ares de graça e é isso que causa tanta dor. Estamos em um momento de ruptura de um modelo e isso não se faz sem dor. É o que estamos presenciando agora.

Que indicativos concretos te-

O parlamento que é a casa de representação do povo, mas foi definido segundo critérios exclusivamente de interesse econômico

mos de que estamos amadurecendo politicamente?

De 2013 para cá estamos vendo a população indo às ruas aos milhões. Pela primeira vez, no final do ano passado, uma pesquisa apresenta a corrupção como o maior problema nacional dos brasileiros. A corrupção pode ter sido nossa marca, mas está começando a mudar e candidatos, políticos e partidos que não encararem isso como algo sério serão sufocados e perderão seu espaço.

O processo político que estamos vivendo hoje já aconteceu em outros lugares do mundo?

Todas as grandes democracias ocidentais passaram na sua história por graves distorções. A Europa inteira, no final do século XIX, tinha graves problemas de compra de votos, abuso de poder, corrupção nas eleições, igual temos hoje no Brasil. Assim como nós crescemos, as nações também crescem. Diria que o Brasil já saiu da infância política, está agora na adolescência, e com mais amadurecimento poderemos chegar à fase adulta.

Gostaria de deixar um recado para os metalúrgicos e todos os leitores da MetalRevista?

Precisamos de voluntários do Brasil inteiro para fazer acontecer essa coleta de assinaturas e depois partirmos todos juntos para o Congresso Nacional, para, em caráter de vigília, cobrar essa reforma. Não a reforma como eles querem, mas como a sociedade precisa. Vai ter que ser de baixo para cima e não há outro meio.



Outro Brasil É POSSÍVEL

Realidade vivida hoje por países nórdicos, com democracia verdadeira, política sem luxo, liberdade individual, estado forte, economia estável, boa distribuição de renda, educação de alto nível e gratuita para todos, sinaliza para nós, brasileiros, que é possível, sim, construir um Brasil diferente

A desesperança, que frequentemente toma conta do coração dos cidadãos brasileiros, dá lugar à crença de que um outro mundo é possível quando o olhar volta-se para os exemplos bem sucedidos da Escandinávia. Os cidadãos honestos podem retomar a esperança ao ver como países que um século atrás eram os mais pobres da sua região e possuíam altos índices de corrupção, hoje se tornaram referência mundial em política democrática, prosperidade e educação.

A tradição, a cultura e a educação desses povos foi determinante para a obtenção desses resultados. O Brasil parece estar recém acordando para uma maturidade política e cultural. A centralização de poder e riqueza no nosso país é abismal, como retratamos na anterior edição da MetalRevista (nº 7), mas hoje podemos ver um fio de esperança para uma transformação que possa efetivamente deixar para trás a sangrenta história de colonialismo e da eterna perpetuação das injustiças sociais.



Na **Suíça** a democracia é real, pura e direta

Na Suíça, todos sabem que a última palavra não é do governo, e sim, dos cidadãos. Todos os cidadãos podem decidir e interferir diretamente nas políticas governamentais federais, regionais ou municipais. No país, os cidadãos votam em média quatro vezes por ano, sobre assuntos que vão desde construção de escolas na própria cidade a formas de obtenção de energia para todo o país. Algumas cidades ainda guardam o costume de realizar as votações em praça pública.

Na Suíça não há um presidente que governe por diversos anos seguidos. O parlamento, constituído por Câmara de Deputados e Senado, é o responsável por eleger o Conselho Federal composto por sete membros de diferentes partidos.

Referendos

Os cidadãos podem lançar referendos para derrubar leis feitas pelo parlamento. Com 50 mil assinaturas coletadas e entregues à Chancelaria

Federal em até 100 dias após a publicação do projeto em questão. Quando isso é feito, o projeto é obrigatoriamente votado pelo povo e caso este conquiste maioria, o projeto proposto pelo parlamento é derrubado. Também há referendos obrigatórios para qualquer mudança que o parlamento deseje realizar na Constituição do país.

Iniciativa popular

Com projetos de iniciativa popular os cidadãos podem inserir novos elementos ou realizar modificações na Constituição. Para que a votação seja realizada, é necessário reunir 100 mil assinaturas em um prazo de 18 meses.

420
INICIATIVAS POPULARES
foram lançadas desde
1891, data da introdução
do direito popular

No Brasil até hoje apenas quatro projetos de iniciativa popular foram aprovados

A Constituição Federal do Brasil também prevê a possibilidade de que o Congresso Nacional discuta projetos de iniciativa popular, mas a votação não é obrigatória. Desde 1988, data em que foi promulgada a atual Constituição, apenas quatro projetos foram aprovados pelo nosso parlamento. O último deles foi a Lei da Ficha Limpa, em 2011. Antes vieram a lei que prevê cassação do mandato do político eleito que comprou votos, a que transformou em crime hediondo as chacinhas e a que instituiu o Fundo Nacional de Habitação.

No Brasil são necessárias assinaturas de ao menos 1% do eleitorado brasileiro (o equivalente a 1,5 milhão de eleitores), sendo que pelo menos 0,3% do eleitorado de cinco estados deve estar representado.



Proporção de iniciativas populares aceitas aumentou nos últimos anos. Enquanto somente 13 foram aprovadas entre 1891 e 2003, 7 foram entre 2004 a 2013.

170 referendos facultativos foram lançados com sucesso de 1848 até o final de 2012. Em 76 dos casos, seus autores ganharam, ou seja, os eleitores rejeitaram nas urnas uma lei promulgada pelo parlamento.

Na **Finlândia** filhos de presidente e trabalhador têm acesso igual à melhor educação do mundo

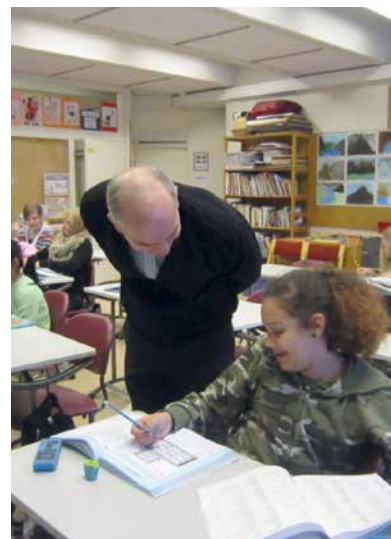
A Finlândia nos últimos quatro anos se mantém no topo dos rankings que avaliam a educação em todo o mundo. No país, todas as crianças têm direito ao mesmo ensino. Praticamente todas as escolas são públicas e oferecem também serviços médicos, dentários e comida. Nos 2% de escolas particulares o ensino também é gratuito e há subsídio governamental.

Os professores possuem alto reconhecimento e são extraídos dos 10% mais bem colocados nas graduações. O estado aposta na valorização do professor e dá total liberdade para que possa trabalhar, o governo não costuma inspecionar o ensino das escolas. Os professores são altamente qualificados e podem elaborar seus próprios métodos de aula, ainda que exista um currículo nacional básico. A concorrência nos cursos de pedagogia é enorme e depois de formados os professores têm que terminar o mestrado para poderem ministrar aulas.

Os alunos são estimulados a se expressarem mais que os professores em sala de aula e testes nacionais são totalmente dispensados pelo país. As crianças só entram na escola aos sete anos, pois os finlandeses acreditam que elas devem ter tempo para serem crianças. Quantidade não é qualidade, afirmam, o que também torna a jornada de estudos curta, variando de 4 a 7 horas.

Transformação

O sistema de ensino finlandês



Taxa de abandono escolar

24,3%
no Brasil

0,03%
na Finlândia

Índice de repetência escolar

13%
no Brasil

2%
na Finlândia

passou por duas revoluções historicamente recentes. Uma nos anos 1970 e outra na década de 1990. Desde então, a educação foi descentralizada, e os municípios, escolas e professores passaram a usufruir de mais autonomia.



Nos últimos 100 anos, a Noruega passou de ser um dos países mais pobres da Europa a liderar rankings de riqueza e justiça social. O PIB per capita do país é de aproximadamente US\$ 100 mil. Para se ter ideia, é como se no Brasil, cada cidadão recebesse em média R\$ 25 mil por mês.

O salário mínimo do país está na casa dos R\$ 14 mil e o desemprego é de 2%. Em tempos de crise em todo o mundo, o principal debate político continuou a ser como gastar o dinheiro dos cofres públicos. A Noruega possui o maior fundo soberano do mundo, um valor superior a R\$2,445 trilhões. Ao contrário de países árabes ou Venezuela, o país escandinavo soube aproveitar muito bem a riqueza petrolífera e oferecer estabilidade social a todos os seus cidadãos. Atualmente o petróleo rende cerca de US\$ 40 bilhões por ano ao estado.

A Noruega também lidera o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração a expectativa de vida, escolaridade e renda nacional bruta per capita. O índice é divulgado periodicamente pela ONU e conta com 187 países, o Brasil atualmente está na 79ª posição.

Na **Noruega**, o país e os cidadãos desfrutam de ampla prosperidade

INDICADORES	NORUEGA (1º)	BRASIL (79º)
Índice de Desenvolvimento Humano	0,944	0,744
Expectativa de vida ao nascer	81,5 anos	73,9 anos
Média de anos de escolaridade	12,6 anos	7,2 anos
Expectativa de escolaridade	17,6 anos	5,2 anos
Renda nacional bruta per capita (paridade de poder de compra)	US\$ 63.909	US\$ 14.275
Coeficiente de desigualdade humana	5,5	26,3
Desigualdade em expectativa de vida	3,4%	14,5%
Desigualdade em educação	2,4%	24,7%
Desigualdade em renda	10,7%	39,7%
População (25 anos ou mais) com ao menos educação secundária	97,10%	53,60%
Taxa de desemprego entre os jovens (entre 15 e 24 anos)	8,60%	15,40%

Na **Suécia** a austeridade começa pelos políticos, eles são eleitos para servir ao povo

Os três pilares do sistema político sueco são transparência, educação e igualdade. Os privilégios e luxos a que todos os parlamentares brasileiros se acostumaram, na Suécia, fariam parte de uma obra de ficção. Os cidadãos sabem que os políticos são eleitos para servir e não para serem servidos.

No país, os políticos vão de ônibus ao trabalho e viram manchete quando pegam sequer um taxi com dinheiro público. Os apartamentos onde moram costumam ter algo como 18 metros quadrados. A lavanderia é comunitária e nada de empregadas, cada um deve lavar e passar a sua própria roupa. Nenhum deputado tem direito a pensão vitalícia, plano de saúde privado ou imunidade parlamentar. Político algum pode aumentar o próprio salário. Em que país isso seria imaginável?

O local de trabalho dos parlamentares são gabinetes de aproximadamente 15 metros quadrados, sem secretária, assessor ou motorista particular. Os suecos acreditam que sistemas que concedem privilégios a políticos são perigosos, já que os transformam em uma classe superior que não sabe como a população em geral vive.

As campanhas eleitorais são marcadas pela ausência de ataques pessoais entre adversários e propostas concretas de governo. O que prima é o respeito pela democracia e o candidato que não respeita os oponentes é inevitavelmente punido pelas urnas.

Mudança

A Suécia também era um país pobre e corrupto, aproximadamente 100 anos atrás. Para transformar sua história, os suecos realizaram grandes investimentos em educação e pesquisa.



Nossos deputados ganham mais do que os deputados suecos

Brasil

Suécia

DEPUTADO FEDERAL

R\$33.763,00

R\$26.400,00

PROFESSOR PRIMÁRIO

R\$927,71

R\$12.000,00

CIDADÃO COMUM

R\$2.334,00

R\$16.200,00

A corrupção da Suécia

Na Suécia, um líder do Partido Social-Democrata renunciou ao seu cargo após descobrirem que sua companheira não pagava aluguel no apartamento cedido pelo poder público. O Estado só oferece apartamento funcional para os políticos, se a esposa quiser morar lá, deve pagar metade do aluguel. O político pagou rapidamente todos os alugueis devidos e, mesmo sob alegação de que não sabia da regra, nunca mais retornou à vida pública.

RESUMO DE LUTAS

Metalúrgicos na batalha

VOLVO



Metalúrgicos se mobilizam em defesa dos empregos e dos direitos com força total

Abril e maio foram meses de intensa luta e mobilização. Na Volvo, metalúrgicos realizaram a maior greve da história da montadora no mundo, com 24 dias de paralisação. A luta foi para impedir que a multinacional usasse a desculpa da crise para cortar direitos de forma desproporcional à redução da produção. Também ocorreram mobilizações em outras fábricas, como a Maringá Soldas.



Metalúrgicos lutam contra a Lei da Terceirização

O Sindicato mobilizou mais de 40 mil metalúrgicos no último 15 de abril, na luta contra o PL 4330, a Lei da Terceirização. O ato fechou diversas rodovias e contou com a participação de trabalhadores de fábricas como Renault, Volks, Volvo, WHB, Brafer, CNH, Trox, PIC da Audi e Bosch. A mobilização teve grande impacto e, em conjunto com outras pelo Brasil afora, reverteu o voto de muitos deputados na Câmara Federal,





Mais de 200 mil trabalhadores participam do 1º de Maio Solidário da Força Paraná

Recorde de público e de doação, a 14ª edição do 1º de Maio Solidário da Força reuniu 200 mil trabalhadores em diversas cidades do Paraná, com mais de 40 toneladas de alimentos doados. O evento foi realizado em Curitiba, Araucária, Paranaguá, Matinhos, Campo Largo, Rio Azul, Irati e Guaraqueçaba. O mote de luta deste ano foi “Desenvolvimento Econômico com Garantia de Empregos e Direitos”.



Solidariedade à luta dos professores

Metalúrgicos foram para a batalha em solidariedade aos professores do Paraná, que foram brutalmente espancados quando lutavam por seus direitos, no final de abril.

Auditoria da Força PR na saúde de SJP mostra resultados

A Força Sindical do PR, em parceria com o IFC, vistoriou novamente as Unidades Básicas de Saúde (UBS) de São José dos Pinhais, em abril, pelo projeto Auditoria Cívica da Saúde. O retorno às UBSs constatou que o município realizou, até agora, 58% das solicitações dos auditores.



Sérgio Butka entrega ao MCCE 34,7 mil assinaturas em apoio à reforma política

No final de maio, o presidente do SMC e da Força Sindical, Sérgio Butka, entregou ao juiz eleitoral Márlon Reis, fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que fez a Lei da Ficha Limpa, 34.783 assinaturas em apoio ao projeto de iniciativa popular Eleições Limpas, que estipula mecanismos de combate à corrupção eleitoral. Elas foram coletadas em todo o Estado por meio de campanha liderada pela Força-PR.





Fim do financiamento eleitoral por empresas ainda exige muita luta

No debate feito no Congresso Nacional pela reforma política brasileira, o fim do financiamento privado de campanhas foi rapidamente desaprovado. Praticamente todos os parlamentares que integram Câmara e Senado foram eleitos com dinheiro de empresas, essa mudança via parlamento parece ser sonho impossível. Resta ainda o perigo, de no embalo, deputados aprovarem e constitucionalizarem o financiamento privado de campanha. No STJ, o financiamento privado já foi considerado inconstitucional, mas o ministro Gilmar Mendes pediu vistas do processo há mais de um ano e não deu mais notícias.

Senado e governo digladiam pelo fim ou manutenção do fator previdenciário

O Senado aprovou o fim do fator previdenciário no final de maio, mas a luta do governo para mantê-lo não chegou ao fim. A presidente, Dilma Rousseff, pode vetá-lo. E na sequência, o Congresso pode vetar o veto da presidente. Um dos problemas é que ainda não há um substituto claro para o fator previdenciário que calcula quanto os trabalhadores devem receber de aposentadoria. No entanto, o maior e verdadeiro problema é que uma mudança no fator previdenciário pode causar no governo um rombo de mais de R\$ 40 bilhões, e em tempos de crise.

“Contrarreforma” política vai à votação e se torna o retrato do retrocesso

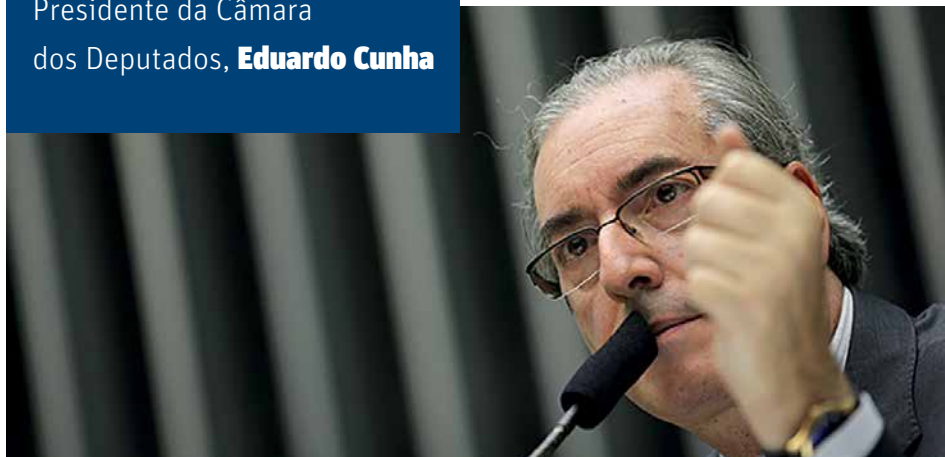
A almejada reforma política que ecoa tão forte no coração da sociedade brasileira tornou-se um espetáculo escabroso que denota a completa falta de escrúpulos que preside o Congresso Nacional. A única reforma possível é a que garante mais poder aos parlamentares e afasta ainda mais o povo da política brasileira. Mas, a realidade, é que não há consenso. Os partidos se digladiam e negociam as regras que regerão o futuro político do país como se estivessem barganhando banana no mercado. Troca-se um pelo outro, conforme os próprios interesses, esquecendo-se por completo que o único objetivo da reforma política é aumentar a democracia dando condições à sociedade brasileira de eleger políticos que verdadeiramente a representem, com majorias e minorias, e campanhas eleitorais longe do dinheiro das empresas.

“O deputado que aí está se elegeu com o modelo que aí está. Teme que, se houver qualquer mudança, talvez ele não possa se eleger. Foi uma reação voluntária, de sobrevivência pessoal de cada um, que optou por não mudar nada.”

Presidente da Câmara dos Deputados, **Eduardo Cunha**

Ajuste fiscal aprovado no Congresso Nacional reduz direitos trabalhistas

As Medidas Provisórias 664 e 665 foram analisadas e aprovadas, com dificuldade, no Congresso Nacional. O governo venceu e conseguiu dessa forma reduzir custos tirando direitos trabalhistas conquistados com anos de luta. Nada de corte na própria carne. Nada de redução de cargos comissionados ou de ministérios. Nada de taxaço das grandes riquezas. Nada de redução da taxa Selic. O trabalhador continua pagando a conta do rico e do político.



PROPOSTA DE SÓCIO



SINDICATO
DOS METALÚRGICOS
DA GRANDE CURITIBA
Sérgio Butka – Presidente

Preencha os espaços utilizando letra de forma.

☐ Espaço destinado ao sindicato.

Motivo: () Novo Sócio - () Religamento - () Atualização Cadastral - () Transferência de Empresa

Matrícula

C.P.F.

Nome Completo

Data Nasc. (Ex. 251270)

CEP

Endereço

Nº

Complemento (ex. apart. / bloco..)

Cidade

Fone Contato

Fone Celular

Sexo

Ident. Funcional / Matric. Empresa

Cód. Empresa

Nome da Empresa

Estado Civil

Profissão

E-mail

Sindicalizado por:

Data

Cadastrado por:

Data

Autorizo expressamente por livre e espontânea vontade, de acordo com o previsto na convenção coletiva de trabalho, à empresa

a descontar em minha folha de pagamento, o valor decorrente da utilização de serviços efetuados por mim ou por meus dependentes autorizados, referente a mensalidade sindical, serviços médicos, odontológicos, farmácia e demais convênios firmados com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Tipo de sócio:

☐ Folha de pagamento: Desconto de 1,2% do salário base até o teto de 10% do Salário Mínimo. _____ ASSINATURA

☐ AVULSO: Desconto de 5% do Salário Mínimo. _____ ASSINATURA

☐ Sócio Usuário: Desconto de 15% do Salário Mínimo. _____ ASSINATURA

☐ AFASTADO: Desconto de 5% do Salário Mínimo. _____ ASSINATURA

☐ APOSENTADO _____ ASSINATURA

Se a idade do associado for inferior a 18 anos é necessária a assinatura de pai/mãe ou responsável:

Nome do pai/mãe ou responsável: _____

RG: _____

ASSINATURA

_____ de _____ de 20____



() Inclusão de Dependente - () Exclusão de Dependente - () Inclusão de Convênio - () Autorização de Serviços

DEPENDENTES (PAI E MÃE) OU (ESPOSA E FILHOS)

Dependente 1:

Nome Completo: _____
Celular: _____ E-mail: _____
CPF: _____
Grau de Parentesco: ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Conjuge ☐ Filho Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Dependente 2:

Nome Completo: _____
Celular: _____ E-mail: _____
CPF: _____
Grau de Parentesco: ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Conjuge ☐ Filho Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Dependente 3:

Nome Completo: _____
Celular: _____ E-mail: _____
CPF: _____
Grau de Parentesco: ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Conjuge ☐ Filho Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Dependente 4:

Nome Completo: _____
Celular: _____ E-mail: _____
CPF: _____
Grau de Parentesco: ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Conjuge ☐ Filho Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Dependente 5:

Nome Completo: _____
Celular: _____ E-mail: _____
CPF: _____
Grau de Parentesco: ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Conjuge ☐ Filho Dt. Nascimento (Ex. 251270) _____

Quero aderir ao MetalSaúde - Sistema Pré-Pago

Nº 1 - Médico e Odontológico Familiar
Nº 2 - Odontológico Familiar

Nº 3 - Médico e Odontológico Individual
Nº 4 - Odontológico Individual

Quantidade de dependentes extras (maiores de 18 anos) a incluir neste serviço: _____
*Consultar Regulamento nas Secretarias do SMC

Autorizo o desconto, em minha folha de pagamento, referente à compra de créditos na opção Nº ____ desta proposta

Assinatura: _____ Data ____/____/____

Autorização de serviços:

Autorizo meus dependentes, abaixo relacionados (maiores de 18 anos), a contrair e assumir débitos em meu nome dos serviços e convênios oferecidos pelo Sindicados dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Nome	CPF
Nome	CPF

Assinatura: _____ Data ____/____/____

Obs.: _____

TERCEIRIZADOS GANHAM MENOS E TRABALHAM MAIS!

DIZEMOS NÃO!

AO PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

TRABALHAM
22%
A MAIS

GANHAM
30%
A MENOS

SOFREM
80%
DOS ACIDENTES
DE TRABALHO

DE CADA
5 MORTES
NO TRABALHO
4 SÃO DE
TERCEIRIZADOS

PL4330 TRANSFORMA TODOS EM TERCEIRIZADOS!

O MELHOR DO NORDESTE ESTÁ A UM PASSO DE VOCÊ

São 7 noites em hotel ou pousada, passeio pela cidade
e viagem para as paisagens mais bonitas do Brasil
por um preço irresistível! É só escolher o seu destino!



MACEIÓ

A partir de
10X R\$159,90
por pessoa



FORTALEZA

A partir de
10X R\$199,40
por pessoa



SALVADOR

A partir de
10X R\$136,40
por pessoa



RECIFE

A partir de
10X R\$164,90
por pessoa



NATAL

A partir de
10X R\$153,80
por pessoa



PORTO DE GALINHAS

A partir de
10X R\$189,90
por pessoa



PORTO SEGURO

A partir de
10X R\$119,60
por pessoa

**CONDIÇÃO ESPECIAL
PARA METALÚRGICOS**



**PAGUE COM
SEU CARTÃO
FIDELIDADE**

**AGENDE
SUA VIAGEM AGORA**

IMPORTANTE: Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio. Valores por pessoa em apêso duplos. Não inclui taxas de embarque. O valor deverá ser calculado ao câmbio do dia da compra. Lugares limitados e confirmação mediante disponibilidade. Parcelamento sujeito a aprovação de crédito.

**MAIS INFORMAÇÕES:
41 3242.7690**

